



NOTA TÉCNICA

Prova Nacional Docente: Estimativa do número de professores selecionados e em processo de seleção nas redes públicas de ensino



NOTA TÉCNICA

Prova Nacional Docente:
Estimativa do número de
professores selecionados e em
processo de seleção nas redes
públicas de ensino

Março de 2026

Ficha Técnica

Realização

Movimento Profissão Docente

Haroldo Corrêa Rocha

Diretor-Geral

Maria Cecília Gomes Pereira

Diretora de Políticas Públicas

David Cordeiro

Coordenador de Políticas de Seleção de Professores

Felipe Alves Ferreira

Analista de Projetos

Audrey Borsetto

Analista de Comunicação

Coordenação Editorial

Redação

Felipe Alves Ferreira

Maria Cecília Gomes Pereira

David Cordeiro

Revisão de Língua Portuguesa

Carolina Vellei

Diagramação

Estúdio Arandu

Sobre o Movimento Profissão Docente

Somos um movimento da sociedade civil que tem como objetivo elevar a qualidade da educação com equidade, por meio do fortalecimento da profissão docente.

Trabalhamos de forma suprapartidária e pautados em evidências e experiências bem-sucedidas. Atuamos junto a governos estaduais e municipais em todo o território nacional, apoiando-os na construção de políticas docentes que possam garantir que todos os estudantes tenham professores bem-preparados, motivados e com boas condições de trabalho.

Há muitos caminhos para transformar a educação. Todos passam pelos professores.

Conheça mais sobre a nossa agenda em profissaodocente.org.br



O Movimento é promovido por



Parceiros



Sumário Executivo

Esta nota técnica apresenta uma estimativa do número de professores selecionados e em processo de seleção em redes públicas de ensino no Brasil por meio da 1ª edição da Prova Nacional Docente (PND), realizada em 2025.

A estimativa baseia-se na combinação de três componentes: (i) a estimativa de reposição de professores temporários em redes que utilizaram a PND em Processos Seletivos Simplificados (PSS) e consultaram os resultados do Inep, a partir de um índice de rotatividade anual, (ii) o número de vagas previstas em editais dos concursos públicos que adotaram a prova, e (iii) editais e informações obtidos diretamente com redes públicas de ensino. Foi feita a verificação de informações junto a 24 redes estaduais e 20 redes de capitais. Foram consideradas redes que efetivamente utilizaram a PND em seus processos de seleção, identificadas por meio de consultas aos resultados da prova e do levantamento de editais.

Como resultado, estima-se que aproximadamente **16,9 mil professores foram selecionados e estão em processo de seleção com o uso da PND de 2025 em 52 redes públicas de ensino**, das quais 37 a utilizaram em PSS e 15, em concurso público. **Desse total, 16,4 mil são contratações temporárias e 486 em concursos públicos. Das 52 redes, apenas 3 são estaduais.**

Por ser a primeira edição da prova, que foi aplicada em outubro de 2025 e teve seus resultados disponibilizados para as redes públicas somente a partir de 15 de dezembro, **esse resultado é importante e mostra o potencial da PND para o apoio à seleção de professores em todo o Brasil. Contudo, é essencial a antecipação da aplicação da prova e da entrega dos resultados para que mais redes a adotem**, considerando a necessidade de contratação e alocação dos professores antes do início do ano letivo.

Cerca de cinquenta e oito por cento (58%) dos municípios que utilizaram a PND 2025 em processos de seleção de professores têm menos de 70 mil habitantes, o que reforça a importância da PND para municípios de menor capacidade estatal, cumprindo o objetivo do MEC em subsidiar as redes de educação na contratação de professores.

O principal uso da **PND 2025** foi na seleção de professores temporários, o **que traz uma contribuição muito importante para melhorar a seleção desses profissionais**. Hoje, cerca de 1612 redes municipais de educação do país não realizam PSS para contratação de professores temporários¹, ou seja, não há nenhuma seleção e podem ocorrer práticas clientelistas e patrimonialistas

A PND pode contribuir para induzir a realização de concursos menores e frequentes com prova prática. O tempo médio de realização entre concursos públicos para professores é de 5,7 anos em estados² e 7,5 anos em municípios³. Com a realização anual da PND, a frequência dos concursos pode aumentar, dando previsibilidade e possibilitando a atração dos melhores egressos das licenciaturas e da pedagogia. A PND pode ser adotada como primeira etapa, e as etapas de avaliação de títulos e prova prática podem ser realizadas pelo ente federativo. A prova prática é um instrumento de seleção que consiste na apresentação de uma aula demonstrativa, na qual é possível avaliar as competências da prática profissional. Esse instrumento de avaliação já é adotado por 7 redes estaduais e 193 municípios brasileiros⁴.

¹ Fonte: Instituto Rui Barbosa, 2025. Elaborado a partir dos dados fornecidos por 24 estados, 24 capitais e 4472 municípios.

² Fonte: Monitoramento realizado pelo Movimento Profissão Docente, atualizado em março de 2025.

³ Fonte: BID (2024).

⁴ Fonte: Instituto Rui Barbosa, 2025. Elaborado a partir dos dados fornecidos por 24 estados, 24 capitais e 4472 municípios.

1. Introdução

Esta nota técnica tem como objetivo apresentar uma estimativa do número de professores selecionados e em processo de seleção em redes públicas de ensino do Brasil com o uso da 1ª edição da Prova Nacional Docente (PND), realizada em 2025.

A Prova Nacional Docente (PND), realizada pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é um instrumento de avaliação nacional, desenvolvido para apoiar estados e municípios na seleção de professores. A PND será aplicada anualmente, junto ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) Licenciaturas, e poderá ser utilizada por estados e municípios em concursos públicos e processos seletivos simplificados.

Entre seus principais objetivos, destacam-se o apoio aos entes federativos na seleção de profissionais qualificados para suas redes de ensino, o estímulo à realização de concursos públicos e à ampliação do número de professores efetivos, a oferta de parâmetros para autoavaliação dos participantes e o fornecimento de subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas de formação docente.

Nesse contexto, a PND contribui para a padronização e a qualificação dos processos seletivos, ao disponibilizar um instrumento de avaliação que pode ser utilizado por estados e municípios conforme suas necessidades. Sua adoção tende a facilitar a realização de concursos e processos seletivos simplificados, reduzir custos operacionais associados à elaboração de provas e assegurar maior consistência técnica nos instrumentos aplicados, ao mesmo tempo em que preserva a autonomia das redes quanto à forma de utilização dos resultados, seja para fins classificatórios, eliminatórios ou complementares.

A utilização de instrumentos nacionais de avaliação pode favorecer o alinhamento entre as práticas de seleção adotadas pelas redes de ensino, além de possibilitar ganhos de escala e a otimização de recursos associados à realização de processos seletivos próprios. Nesse sentido, a PND surge como uma alternativa relevante tanto para concursos públicos quanto para processos seletivos simplificados voltados à contratação temporária de professores.

Além desta introdução, o documento apresenta uma seção dedicada à descrição do processo de implementação da PND em 2025. Em seguida, são detalhados os métodos utilizados para a realização da estimativa, seguidos pela discussão dos resultados e, por fim, pelas considerações finais.

2. Implementação da PND em 2025

A PND foi anunciada pelo Governo Federal em 14 de janeiro de 2025 como um dos eixos do Programa Mais Professores para o Brasil. A adesão dos entes subnacionais interessados em utilizar a PND como etapa avaliativa de futuras seleções de professores implicava a manifestação de interesse e posterior cadastro de ato normativo ou edital no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec).

Tabela 1: Cronograma de Implementação da 1ª edição da PND

Ação	Prazo
Adesão/manifestação de interesse no Simec	12/02/2025 a 25/06/2025
Cadastro do Edital de Seleção ou ato normativo pelos entes federativos	01/03/2025 a 10/07/2025
Inscrições dos candidatos para a PND	14/07/2025 a 30/07/2025
Aplicação da PND	26 de outubro de 2025
Divulgação dos resultados da PND	15 de dezembro de 2025

Fonte: Ministério da Educação, [Edital MEC nº 03 de 16 de abril de 2025](#) e atualizações.

É importante ressaltar que o cronograma da primeira edição da PND foi desafiador. Apesar do comprometimento do Inep em divulgar os resultados em dezembro de 2025, para que as redes estaduais e municipais conseguissem utilizá-los para contratar professores antes do início do ano letivo, os prazos foram apertados. Para que cada vez mais redes utilizem a PND como primeira etapa de concursos públicos e processos seletivos simplificados, é importante que o cronograma de adesão e aplicação da prova ocorra em tempo hábil, pensando nos calendários escolares e nos desafios da alocação dos professores nas escolas no início do ano letivo. A antecipação da aplicação da prova e da entrega dos resultados da PND para as redes públicas é um ponto importante para a ampliação de seu uso.

Ao todo, **22 estados (81% do total) e 1.508 municípios (27% do total de municípios brasileiros) — dentre eles, 18 capitais — formalizaram a adesão à PND** junto ao MEC.

Observa-se que a adesão à PND é majoritariamente composta por municípios de menor porte populacional. **Entre os municípios que aderiram à PND, 86% possuem menos de 70 mil habitantes**, 12% estão na faixa entre 70 mil e menos de 500 mil ha-

bitantes, e apenas 2% possuem 500 mil habitantes ou mais. **Esse perfil reforça o papel da PND como instrumento de apoio especialmente relevante para redes com menor capacidade administrativa para a realização de processos seletivos.**

No que se refere à participação na prova, foram registradas **1.086.194 (um milhão, oitenta e seis mil, cento e noventa e quatro) inscrições, número que corresponde a aproximadamente 47% do total de professores da educação básica em atividade no Brasil**⁵. Desses inscritos,⁶ **70,40% compareceram no dia de aplicação da prova**, indicando um nível significativo de engajamento dos candidatos com o processo.

Os resultados dos candidatos foram disponibilizados pelo Inep às redes públicas de ensino a partir do dia 15 de dezembro de 2025, mediante cadastro do responsável por cada rede de ensino e de operadores cadastrados que enviaram uma lista de CPFs de candidatos inscritos em editais de concursos e/ou processos seletivos simplificados da respectiva rede. O Inep, por sua vez, disponibilizou para as redes os resultados dos CPFs registrados, ou seja, daqueles candidatos que fizeram a PND e possuem resultados disponíveis.

O uso da PND nos processos seletivos simplificados e nos concursos públicos foi diversificado. O município de São Paulo (SP) utilizou a PND como única etapa avaliativa do PSS7, Florianópolis (SC) utilizou a prova como primeira etapa avaliativa do PSS, seguida de prova de títulos, enquanto o estado de Roraima utilizou a PND como pontuação extra na etapa de análise de títulos do PSS. Para saber mais sobre diferentes formas de uso da PND, consultar nota técnica publicada pelo Movimento Profissão Docente em 2025⁸.

⁵ Fonte: Inep, Censo Escolar 2025.

⁶ Fonte: Inep, Censo Escolar 2025.

⁷ Comunicado SME nº 544, de 19 de dezembro de 2025.

⁸ Acesse o [documento completo](#).

3. Métodos

O ponto de partida da estimativa foi a identificação das redes públicas de ensino estaduais e municipais que aderiram à Prova Nacional Docente e realizaram consultas aos resultados dos candidatos. Esse processo ocorre por meio do envio, pelas próprias redes, de listas de CPFs ao portal do Inep, a partir das quais são retornadas as informações de desempenho dos participantes. Para fins desta análise, considerou-se o conjunto de redes que efetivamente realizaram essas consultas como evidência de utilização da prova em seus processos seletivos. Parte-se, assim, da premissa de que as redes públicas que consultaram os resultados dos candidatos inscritos fizeram uso da PND em suas seleções.

Ao todo, 42 municípios e 2 estados realizaram consultas aos resultados da Prova Nacional Docente, totalizando 210.201 CPFs de candidatos cujos desempenhos foram acessados. Desse conjunto, 6 redes empregaram a PND em concursos públicos, enquanto 37 redes a utilizaram em Processos Seletivos Simplificados (PSS) voltados à contratação de professores temporários.

Tabela 3: Redes estaduais e municipais que utilizaram a PND para seleção de professores e número total de CPFs de professores cujos resultados da PND foram consultados

UF	Rede	Tipo de Processo	CPFs consultados
AM	Maués	PSS	885
BA	Caetité	PSS	572
BA	Glória	PSS	116
BA	Santo Antônio de Jesus	PSS	630
CE	Brejo Santo	PSS	76
GO	Montes Claros de Goiás	Concurso Público	195
MA	Timon	PSS	4.198
MG	Esmeraldas	PSS	1.737
MG	Formiga	PSS	822
MG	Igarapé	PSS	2
MG	Ituiutaba	PSS	777
MG	João Monlevade	PSS	3.645
MG	Mariana	PSS	1.088
MG	Patrocínio	PSS	781
MG	Santo Antônio do Monte	PSS	106
MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	PSS	88
MG	São João do Pacuí	PSS	84

continua...

UF	Rede	Tipo de Processo	CPFs consultados
MS	Itaquiraí	PSS	140
MS	Ponta Porã	PSS	1.092
MS	Sonora	PSS	205
MT	Canarana	PSS	62
MT	Colíder	PSS	540
PA	Almeirim	PSS	690
PA	Belém	PSS	8.678
PA	Canaã dos Carajás	PSS	5.761
PE	Gameleira	Concurso Público	139
PR	Atalaia	Concurso Público	48
PR	Cornélio Procópio	PSS	84
PR	Figueira	Concurso Público	77
PR	Piraquara	PSS	238
RO	Cerejeiras	PSS	52
RO	Vilhena	Concurso Público	1.235
RS	Pelotas	Concurso Público	5.539
RS	Rio Grande do Sul	PSS	8.887
SC	Florianópolis	PSS	3.348
SC	São Cristóvão do Sul	PSS	31
SP	Borborema	PSS	217
SP	Fernandópolis	PSS	902
SP	Ipeúna	PSS	22
SP	Jandira	PSS	0
SP	Pitangueiras	PSS	445
SP	Estado de São Paulo	Bolsa Mais Professores ⁹	1.458
SP	São Paulo	PSS	151.902
SP	Sertãozinho	PSS	2.607
Total			210.201

Fonte: Elaborado pelo Movimento Profissão Docente com dados do Inep, 2026.

⁹ O Estado de São Paulo consultou CPFs em fevereiro de 2026 para seleção de professores que receberiam a Bolsa Mais Professores, que consiste em um apoio financeiro mensal, com duração de até 2 anos, destinado a fomentar o ingresso e a permanência de docentes nas redes públicas de ensino da educação básica em localidades e áreas de conhecimento com carência de professores. As consultas para o edital n^o 001/2026, que usa a PND, no qual serão selecionados cerca de 4 mil professores, serão realizadas a partir de abril de 2026.

Adicionalmente, foi realizado um levantamento complementar que identificou outras 9 redes de ensino que publicaram editais de concurso público prevendo a utilização da PND, conforme apresentado na Tabela 4; entretanto, essas 9 redes não realizaram a solicitação dos resultados no portal do Inep. A Tabela 4 consolida as 15 redes que utilizaram a PND em concursos públicos.

Tabela 4: Levantamento de redes que publicaram editais de concurso com o uso da PND

UF	Município	Tipo de processo	Nº de vagas imediatas
AL	Japaratinga	Concurso Público	43
GO	Montes Claros de Goiás	Concurso Público	50
PE	Gameleira	Concurso Público	6
PI	Inhuma	Concurso Público	19
PR	Atalaia	Concurso Público	5
RO	Vilhena	Concurso Público	23
RS	Santa Tereza	Concurso Público	3
RS	Pelotas	Concurso Público	46
RO	Alto Alegre dos Parecis	Concurso Público	28
RS	Jaguarão	Concurso Público	0
SP	Mauá	Concurso Público	43
PR	Figueira	Concurso Público	20
SP	São Vicente	Concurso Público	58
PB	Pitimbu	Concurso Público	54
SP	Bertioga	Concurso Público	88
Total			486

Fonte: Elaborado pelo Movimento Profissão Docente com dados do MEC, 2026.

Contudo, após a identificação das redes consideradas na análise, foram realizados ajustes pontuais na base utilizada para a estimativa, com o objetivo de aumentar a consistência entre as diferentes fontes de informação. Em dois casos específicos, os municípios de Jandira (SP) e Brejo Santo (CE), observou-se que o número de CPFs consultados foi significativamente inferior à estimativa de contratações obtida a partir da aplicação do índice de rotatividade sobre o total de docentes temporários. Essa discrepância sugere uma possível extrapolação da estimativa. Diante disso, essas redes foram excluídas do cálculo agregado, a fim de evitar a superestimação do número de professores selecionados por meio da PND.

Por outro lado, foram identificadas evidências adicionais de utilização da PND em PSS em redes que não fizeram a consulta do resultado por meio da plataforma do Inep. No estado de Roraima, há previsão de aproximadamente 800 contratações de professores por meio do edital 150/2025/SEED/GAB/RR de PSS. Já no estado de São Paulo, a PND foi utilizada para consulta de CPFs em razão de edital voltado à concessão de bolsas do programa Bolsa Mais Professores, indicando uso do instrumento para fins de política de atração e permanência docente. Adicionalmente, o estado possui o edital 001/2026 para formação de banco de talentos voltado a contratações emergenciais, com previsão de contratação de aproximadamente 4 mil professores, no qual também está prevista a utilização da PND como critério de seleção.

Nesses casos, optou-se por incorporar diretamente os quantitativos de vagas previstos pelas redes nos editais de seleção publicados em diário oficial, por se tratar de dados observados, sem aplicação do modelo de estimativa baseado na rotatividade.

Dessa forma, a estimativa final considera (i) as 35 redes públicas de ensino (dentre as 44 redes que solicitaram os resultados no sistema do Inep) que não possuíam editais de concurso público identificados, utilizando-se, para essas redes, o quantitativo de docentes temporários em regência de classe registrado no Censo Escolar de 2025 e um indicador de rotatividade anual desses profissionais; (ii) as 15 redes com previsão de concursos públicos, considerando as vagas constantes nos editais cadastrados no Simec; e (iii) os 2 casos adicionais dos estados de Roraima e São Paulo que não solicitaram os dados ao Inep, mas publicaram editais de PSS com uso da PND, cujos dados foram incorporados diretamente à estimativa.

A necessidade de novas contratações decorre, em grande medida, da substituição de professores temporários ao término de seus vínculos contratuais. O primeiro componente da análise corresponde ao número total de docentes temporários das 35 redes de ensino que utilizaram a PND em seus PSS. Esse quantitativo representa o universo de profissionais sujeitos às regras de contratação temporária e, portanto, potencialmente impactados por processos seletivos baseados na PND.

O segundo componente é o Índice Estimado de Rotatividade Anual de Docentes Temporários (RADT), construído a partir da análise das legislações estaduais que regulam a contratação de professores temporários, conforme consta no Anexo I. Foram examinadas, para cada unidade da federação, as normas que definem o tempo de duração dos contratos, as possibilidades de renovação e os limites máximos de permanência. A partir dessa análise, foi possível determinar, para cada estado, o tempo máximo de permanência de um docente temporário, expresso em meses.

Partindo desse parâmetro, o índice de rotatividade é definido pela seguinte expressão:

$$RADT = \frac{12}{T}$$

em que T representa o tempo máximo de permanência, em meses. O índice sintetiza a proporção de docentes temporários que precisam ser substituídos anualmente em função das regras contratuais. Dessa forma, quanto menor o tempo máximo de permanência, maior será o valor do índice e, conseqüentemente, maior a rotatividade. Por exemplo, um contrato com duração máxima de 12 meses implica $RADT = 1$, indicando a substituição integral do quadro a cada ano, enquanto um limite de 24 meses implica $RADT = 0,5$, indicando a renovação de aproximadamente metade do quadro anualmente.

Para fins de estimativa, os índices calculados a partir das legislações estaduais foram extrapolados para as redes municipais pertencentes a cada estado. Essa escolha metodológica baseia-se na premissa de que as redes municipais tendem a adotar arranjos institucionais similares aos estabelecidos no âmbito estadual, seja por alinhamento normativo e/ou por difusão de práticas administrativas. Embora seja reconhecida a existência de variações locais, essa aproximação permite construir uma estimativa agregada consistente diante da impossibilidade de um levantamento sistemático das legislações municipais.

A partir da definição do $RADT$ para cada estado, e de sua aplicação às redes municipais, a estimativa do número de contratações anuais foi calculada por meio da seguinte relação:

$$C = D \times RADT$$

em que C corresponde ao número estimado de contratações no período de um ano e D representa o total de docentes temporários em regência de classe em 2025 nas respectivas redes, com base nos dados do Censo Escolar de 2025 do Inep. Essa formulação transforma o estoque existente de professores temporários em um fluxo anual de reposição, refletindo a dinâmica de substituição das regras contratuais.

Ademais, foi feita a checagem de informações com 24 redes de ensino estaduais e 20 capitais. Foram consideradas redes que efetivamente utilizaram a PND em seus processos de seleção, identificadas por meio de consultas aos resultados da prova e do levantamento de editais.

4. Resultados

Com a aplicação dos métodos descritos anteriormente, chega-se a uma estimativa de **16.901 (dezesesseis mil novecentos e um) professores selecionados e em processo de seleção com o uso da Prova Nacional Docente** aplicada em 2025, em **52 redes públicas de ensino (37 em PSS e 15 em concurso público)**. Desse total, 16.415 correspondem a professores temporários e 486 a professores efetivos.

O universo analisado faz parte de um conjunto mais amplo de 1.530 redes que aderiram à PND. A diferença entre esses dois grupos deixa claro que ainda há espaço significativo para a ampliação do uso da prova como instrumento de seleção, o que pode, no futuro, elevar ainda mais o número de contratações realizadas com base nesse mecanismo. Para isso, é essencial que o Inep antecipe a data de realização da prova e a entrega dos resultados, para que as redes tenham tempo hábil para os processos de contratação e alocação dos professores nas escolas antes do início do calendário letivo, em fevereiro de cada ano.

No que se refere ao perfil das redes municipais que já utilizaram a PND, observa-se uma predominância de municípios com menor contingente populacional. Entre eles, 58,3% possuem menos de 70 mil habitantes, 35,4% estão na faixa entre 70 mil e menos de 500 mil habitantes, e apenas 6,3% possuem 500 mil habitantes ou mais. Esse resultado mostra o papel importante da PND no apoio a municípios com essas características, os quais possuem mais dificuldades para qualificar o processo de seleção de seus professores, seja por menor disponibilidade de recursos para a contratação de bancas realizadoras de concursos e menor capacidade administrativa, seja pela falta de interesse dessas bancas em atuar nesses municípios, por questões de retorno financeiro e logística.

Quando se analisa a distribuição desses municípios por região do país, observa-se sua presença em todas as regiões brasileiras, com maior concentração no Sudeste. Ao todo, 19 municípios localizam-se nessa região, enquanto o Sul reúne 9 municípios e o Nordeste, 8 municípios. Já a região Norte reúne 7 e o Centro-Oeste, 6. A predominância do Sudeste está fortemente associada à participação dos estados de São Paulo e Minas Gerais, que concentram, respectivamente, 9 e 10 municípios que utilizaram a Prova Nacional Docente.

A Tabela 5 apresenta a distribuição das redes analisadas, com o total de docentes temporários em 2025 e a respectiva estimativa de contratações anuais, evidenciando a diversidade de contextos e magnitudes envolvidas.

Tabela 5: Estimativa de professores selecionados e em seleção com o uso da PND

UF	Tipo de rede	Nome do Município	Estimativa de professores selecionados por meio da PND
AM	Municipal	Maués	204
BA	Municipal	Glória	7
BA	Municipal	Santo Antônio de Jesus	61
BA	Municipal	Caetité	32
MA	Municipal	Timon	1235
MG	Municipal	Igarapé	66
MG	Municipal	João Monlevade	41
MG	Municipal	Patrocínio	75
MG	Municipal	Santo Antônio do Monte	26
MG	Municipal	São Gonçalo do Rio Abaixo	47
MG	Municipal	São João do Pacuí	5
MG	Municipal	Esmeraldas	157
MG	Municipal	Formiga	67
MG	Municipal	Ituiutaba	130
MG	Municipal	Mariana	108
MS	Municipal	Ponta Porã	119
MS	Municipal	Sonora	38
MS	Municipal	Itaquiraí	18
MT	Municipal	Colíder	16
MT	Municipal	Canarana	19
PA	Municipal	Almeirim	195
PA	Municipal	Canaã dos Carajás	273

continua...

UF	Tipo de rede	Nome do Município	Estimativa de professores selecionados por meio da PND
PA	Municipal	Belém	297
PR	Municipal	Cornélio Procópio	7
PR	Municipal	Piraquara	20
RO	Municipal	Cerejeiras	5
RS	Estadual	RS	4887
RR	Estadual	RR	800 ¹⁰
SC	Municipal	São Cristóvão do Sul	22
SC	Municipal	Florianópolis	1484
SP	Municipal	Pitangueiras	23
SP	Municipal	Borborema	7
SP	Municipal	Fernandópolis	39
SP	Municipal	Sertãozinho	118
SP	Municipal	Ipeúna	8
SP	Municipal	São Paulo	1763
SP	Estadual	SP	4000 ¹¹
Total			16415

Fonte: Elaboração do Movimento Profissão Docente a partir de dados do Inep, 2026.

¹⁰ A rede estadual de Roraima possui o Edital nº 150/2025, que realizou 800 contratações. Desse modo, não foi necessário aplicar o cálculo de estimativa.

¹¹ Embora o RADT para o Estado de São Paulo tenha sido 0,33, esse valor não pode ser aplicado, uma vez que a rede não utilizou a PND no PSS que selecionou professores temporários para o ano letivo de 2026. Entretanto, sabe-se que está em andamento o Edital 001/2026, publicado em 02 de março de 2026, que cria um banco de talentos para a contratação emergencial de professores temporários ao longo do ano, com previsão de contratação de 4 mil professores.

Os resultados evidenciam que a principal contribuição da PND, no curto prazo, tende a se concentrar nas contratações temporárias, que apresentam maior frequência e volume quando comparadas aos concursos públicos. A rotatividade desses vínculos gera uma demanda contínua por novos processos seletivos, e a utilização de um instrumento nacional pode contribuir para tornar esses processos mais eficientes, padronizados e alinhados a critérios de qualidade.

No caso dos concursos públicos, observa-se um movimento inicial de adoção da PND, com 15 redes de ensino que já publicaram editais que utilizam a prova como parte do certame, totalizando 486 vagas ofertadas (ver Tabela 4). Ainda que esse número seja relativamente reduzido, ele indica uma tendência de incorporação progressiva do instrumento também nas contratações efetivas.

Os resultados indicam que a Prova Nacional Docente pode ter um impacto relevante na forma como professores são contratados no Brasil. Como ela incide sobre um grande volume de contratações anuais, especialmente as temporárias, a PND tende a fortalecer os processos de seleção e pode contribuir para avanços na qualidade da educação básica.

Conclusões

Considerando que 2025 foi o ano da primeira edição da Prova Nacional Docente (PND) e que os resultados da prova foram disponibilizados para as redes públicas somente a partir de 15 de dezembro de 2025, **o número de 16.901 professores selecionados e em processo de seleção com o uso da PND em 52 redes públicas de ensino é um passo muito importante e mostra o potencial de aproveitamento da prova por mais redes de ensino.**

Contudo, para que cada vez mais redes utilizem a PND em concursos e processos seletivos simplificados, **é essencial que o cronograma de sua implementação seja antecipado, sobretudo a aplicação da prova e a entrega dos resultados para as redes, considerando os calendários escolares** e a necessidade de contratação e alocação dos professores nas escolas antes do início do ano letivo, em fevereiro.

Esta nota técnica mostra que **58,3% dos municípios que utilizaram a PND 2025 em processos de seleção de professores têm menos de 70 mil habitantes, o que reforça a importância da PND para municípios de menor capacidade estatal**, cumprindo o objetivo do MEC em subsidiar as redes de educação na contratação de professores.

A PND pode contribuir também para induzir a realização de concursos menores, frequentes e com prova prática. O tempo médio de realização entre concursos públicos para professores é de 5,7 anos em estados¹² e 7,5 anos em municípios¹³. Com a realização anual da PND, a frequência dos concursos pode aumentar, evitando que certames com grandes quantidades de vagas sejam realizados e possibilitando a atração dos melhores egressos das licenciaturas e da pedagogia, a qualificação do estágio probatório e a reposição gradual dos professores, conforme eles se aposentam. A PND pode ser adotada como primeira etapa, e as etapas de avaliação de títulos e prova prática podem ser realizadas pelo ente federativo. A prova prática é um instrumento de seleção que consiste na apresentação de uma aula demonstrativa, na qual é possível avaliar as competências da prática profissional, como o planejamento das ações de ensino, a gestão de ambientes de aprendizagem e o conhecimento sobre como os estudantes aprendem. Esse instrumento de avaliação já é adotado por 7 redes estaduais e 193 municípios brasileiros¹⁴.

¹² Fonte: Monitoramento realizado pelo Movimento Profissão Docente, atualizado em março de 2025.

¹³ Fonte: BID (2024).

¹⁴ Fonte: Instituto Rui Barbosa, 2025. Elaborado a partir dos dados fornecidos por 24 estados, 24 capitais e 4.472 municípios.

Esta análise também mostra que o principal uso da **PND 2025** foi na seleção de professores temporários, o **que traz uma contribuição muito importante para melhorar a seleção desses profissionais**. Hoje, cerca de 1612 redes municipais de educação do país não realizam PSS para contratação de professores temporários¹⁵, ou seja, não há nenhuma seleção e podem ocorrer práticas clientelistas e patrimonialistas. Nos municípios onde há PSS, predominam a análise de títulos e o tempo de experiência profissional como critérios de seleção. Somente 1.115 redes públicas de ensino adotam prova objetiva nos PSS, 162 redes adotam prova dissertativa ou discursiva e 117 adotam a prova prática¹⁶.

A Lei 15.344/2026, que institui o Programa Mais Professores para o Brasil, determina a realização anual da Prova Nacional Docente, concretizando-a como uma política pública que deve ser continuada e aprimorada a cada edição. Como política de longo prazo, a continuidade da PND favorece um cenário de fortalecimento do sistema educacional brasileiro, tornando-o mais consistente, capaz de atrair profissionais qualificados, valorizar o magistério, promover maior equidade entre as redes de ensino de todas as regiões do país e possibilitar uma aprendizagem cada vez mais adequada aos estudantes.

Há evidências de que alunos expostos a professores de alta qualidade tendem a obter melhores notas, têm maior possibilidade de ingresso no ensino superior e ganham salários superiores na vida adulta (Chetty; Friedman; Rockoff, 2014). A qualidade do professor é capaz de explicar até 60% dos resultados de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental no Brasil (Abrucio, 2024). Portanto, selecionar professores que dominem o conteúdo e como ensiná-lo, que sejam preparados para os desafios da sala de aula e que tenham maior potencial de promover a aprendizagem dos estudantes deve ser o foco de todas as seleções. Quanto mais consolidada e utilizada, maior o potencial da Prova Nacional Docente em alavancar os resultados da educação básica brasileira e impactar positivamente o trabalho dos professores e o aprendizado dos estudantes.

¹⁵ Fonte: Instituto Rui Barbosa, 2025. Elaborado a partir dos dados fornecidos por 24 estados, 24 capitais e 4.472 municípios.

¹⁶ Fonte: Instituto Rui Barbosa, 2025. Elaborado a partir dos dados fornecidos por 22 capitais e 2.846 municípios.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz; FERNANDES, Gustavo Andrey. **A Qualidade do Professor Brasileiro: Significado, impacto e políticas sistêmicas de aperfeiçoamento da oferta e desempenho docente.** São Paulo: Instituto Península, 2024.

ACRE. **Lei Complementar nº 58, de 17 de julho de 1998.** Acesso em: 25 mar. 2026.

ALAGOAS. **Lei nº 7.966, de 9 de janeiro de 2018.** Acesso em: 25 mar. 2026.

AMAZONAS. **Lei nº 2.607, de 29 de junho de 2000.** Acesso em: 25 mar. 2026.

AMAPÁ. **Lei nº 1.724, de 21 de dezembro de 2012.** Acesso em: 25 mar. 2026.

BAHIA. **Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.** Acesso em: 25 mar. 2026.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Como as redes municipais e estaduais selecionam e alocam seus professores?: uma pesquisa diagnóstica no Brasil.** [S. l.: BID]. jun. 2024. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. **Edital nº 3, de 16 de abril de 2025.** Diário Oficial da União: seção 3, Brasília, DF, 16 abr. 2025. Disponível em: [Diário Oficial da União](#).

CEARÁ. **Constituição do Estado do Ceará.** [Fortaleza], 1989. Acesso em: 25 mar. 2026.

CEARÁ. **Lei Complementar nº 22, de 24 de julho de 2000.** Acesso em: 25 mar. 2026.

CEARÁ. **Lei Complementar nº 173, de 3 de agosto de 2017.** Acesso em: 25 mar. 2026.

CHETTY, Raj; FRIEDMAN, John N.; ROCKOFF, Jonah E. Measuring the impacts of teachers II: teacher value-added and student outcomes in adulthood. **American Economic Review**, v. 104, n. 9, p. 2633–2679, 2014. Acesso em: 25 mar. 2026.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008.** Acesso em: 25 mar. 2026.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar nº 809, de 23 de setembro de 2015.** Acesso em: 25 mar. 2026.

GOIÁS (Estado). **Lei nº 20.918, de 21 de dezembro de 2020.** Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica nº 3/2026/CGAL/DAES-INEP**. Sistematiza os padrões de desempenho das áreas de avaliação da Prova Nacional Docente (PND) 2025. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: [Nota Técnica nº 3/2026](#). Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica nº 4/2026/CGAL/DAES-INEP**. Conceituação dos padrões de desempenho da Prova Nacional Docente (PND) 2025. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: [Nota Técnica nº 4/2026](#). Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica nº 44/2025/CEI/CGGI/DAES-INEP**. Metodologia de cálculo da nota geral dos participantes do Enade das Licenciaturas e da Prova Nacional Docente (PND), edições de 2025. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: [Nota Técnica nº 44/2025](#). Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2025**. Brasília, DF: INEP, 2025.

INSTITUTO RUI BARBOSA. **Carreiras Docentes**. Brasília, abril de 2025. Disponível em: <https://carreirasdocentes.irbcontas.org.br/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

MARANHÃO. **Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997**. Acesso em: 25 mar. 2026.

MINAS GERAIS. **Lei nº 24.805, de 11 de junho de 2024**. Acesso em: 25 mar. 2026.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei Complementar nº 87, de 31 de janeiro de 2000**. Acesso em: 25 mar. 2026.

MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 600, de 19 de dezembro de 2017**. Acesso em: 25 mar. 2026.

MOVIMENTO PROFESSÃO DOCENTE. **Orientações para operacionalização de concursos públicos e processos seletivos simplificados que utilizarão a Prova Nacional Docente (PND)**. 1. ed. Maio, 2025. Nota técnica. Disponível em: <https://www.profissaodocente.org.br/post/nota-t%C3%A9cnica-orienta%C3%A7%C3%B5es-para-operacionaliza%C3%A7%C3%A3o-de-concursos-p%C3%BAblicos-e-processos-seletivos-simplif>. Acesso em: 25 mar. 2026.

PARÁ. **Lei Complementar nº 7, de 25 de setembro de 1991**. Acesso em: 25 mar. 2026.

PARAÍBA. **Lei nº 5.391, de 22 de fevereiro de 1991.** Acesso em: 25 mar. 2026.

PERNAMBUCO. **Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011.** Acesso em: 25 mar. 2026.

PERNAMBUCO. **Portaria Conjunta SAD/SEE nº 025, de 11 de fevereiro de 2020.** Acesso em: 25 mar. 2026.

PIAUÍ. **Lei nº 5.309, de 17 de julho de 2003.** Acesso em: 25 mar. 2026.

PARANÁ. **Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005.** Acesso em: 25 mar. 2026.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 6.901, de 2 de outubro de 2014.** Acesso em: 25 mar. 2026.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 9.353, de 19 de agosto de 2010.** Acesso em: 25 mar. 2026.

RONDÔNIA. **Lei nº 4.619, de 22 de outubro de 2019.** Acesso em: 25 mar. 2026.

RORAIMA. **Lei nº 323, de 31 de dezembro de 2001.** Acesso em: 25 mar. 2026.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Edital nº 150/2025/SEED/GAB/RR: processo seletivo simplificado para contratação temporária de profissionais da educação básica.** Boa Vista: SEED-RR, 2025. Disponível em: [Link](#)

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 15.991, de 31 de agosto de 2023.** Acesso em: 25 mar. 2026.

SANTA CATARINA. **Lei nº 16.861, de 28 de dezembro de 2015.** Acesso em: 25 mar. 2026.

SERGIPE. **Lei nº 6.691, de 23 de setembro de 2009.** Acesso em: 25 mar. 2026.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009.** Acesso em: 25 mar. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Edital nº 001/2026 – Banco de Talentos: cadastro emergencial para contratação temporária de docentes do ensino fundamental e médio.** Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2 mar. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Retificação do Edital SEDUC nº 3, de 27 de janeiro de 2026: processo seletivo público para seleção de professores no âmbito do Programa Bolsa Mais Professores.** Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 27 jan. 2026. Disponível em: [Diário Oficial do Estado de São Paulo](#).

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Comunicado SME nº 544, de 19 de dezembro de 2025.** Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 19 dez. 2025. Disponível em: [Diário Oficial da Cidade de São Paulo](#).

TOCANTINS. **Lei nº 3.422, de 8 de março de 2019.** Acesso em: 25 mar. 2026.

ANEXOS

Anexo I - Tempo Máximo de Contratação e Índice de Rotatividade Anual de Docentes Temporários, segundo Unidade da Federação e Legislação Vigente

UF	Tempo máximo de contratação em meses	Índice de rotatividade anual de docentes temporários	Legislação
AC	48	0,25	LEI COMPLEMENTAR Nº 58, DE 17 DE JULHO DE 1998
AL	24	0,50	LEI Nº 7.966, DE 9 DE JANEIRO DE 2018
AM	48	0,25	LEI Nº 2.607, DE 29 DE JUNHO DE 2000
AP	24	0,50	LEI Nº 1.724, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012
BA	72	0,17	LEI Nº 6.677, DE 26 DE SETEMBRO DE 1994
CE	24	0,50	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ 1989 LEI COMPLEMENTAR Nº 22, DE 24 DE JULHO DE 2000 LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 3 DE AGOSTO DE 2017
DF	24	0,50	LEI Nº 4.266, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2008
ES	48	0,25	LEI COMPLEMENTAR Nº 809, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015
GO	60	0,20	LEI Nº 20.918, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020
MA	12	1,00	LEI Nº 6.915, DE 11 DE ABRIL DE 1997
MG	24	0,50	LEI Nº 24.805, DE 11 DE JUNHO DE 2024
MS	36	0,33	LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 31 DE JANEIRO DE 2000

continua...

UF	Tempo máximo de contratação em meses	Índice de rotatividade anual de docentes temporários	Legislação
MT	48	0,25	LEI COMPLEMENTAR Nº 600, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017
PA	24	0,50	LEI COMPLEMENTAR Nº 07, DE 25 DE SETEMBRO DE 1991
PB	6	2,00	LEI Nº 5.391, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1991
PE	72	0,17	LEI Nº 14.547, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011 PORTARIA CONJUNTA SAD/SEE Nº 025, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020
PI	60	0,20	LEI Nº 5.309, DE 17 DE JULHO DE 2003
PR	24	0,50	LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 18 DE MAIO DE 2005
RJ	36	0,33	LEI Nº 6901 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014
RN	24	0,50	LEI Nº 9.353, DE 19 DE AGOSTO DE 2010
RO	36	0,33	LEI Nº 4.619, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019
RR	24	0,50	LEI Nº 323, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2001
RS	60	0,20	LEI Nº 15.991, DE 31 DE AGOSTO DE 2023
SC	12	1,00	LEI Nº 16.861, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015
SE	48	0,25	LEI Nº 6.691, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009
SP	36	0,33	LEI COMPLEMENTAR Nº 1.093, DE 16 DE JULHO DE 2009
TO	24	0,50	LEI Nº 3.422, DE 8 DE MARÇO DE 2019



Há muitos caminhos para
transformar a educação.
Todos passam pelos professores!

Conheça mais sobre a nossa
agenda em profissaodocente.org.br